

Mesa-redonda regional sobre o reforço da proteção das populações civis contra a utilização de armas explosivas em áreas povoadas

NOTA INFORMATIVA

27-28 de fevereiro de 2025

Está a ser convocada uma mesa-redonda com representantes dos Estados da África Austral e outros intervenientes importantes, incluindo a sociedade civil e as organizações internacionais (ONU e CICV), sobre o reforço da proteção dos civis contra a utilização de armas explosivas em zonas povoadas. Isto inclui a obtenção de apoio para a *Declaração Política sobre o Reforço da Proteção das Populações Civis contra as Consequências Humanitárias da Utilização de Armas Explosivas em Áreas Povoadas*, como um quadro que pode reduzir os danos contra civis (consultar www.ewipa.org).

Esta mesa-redonda tem como objetivos:

- Melhorar a compreensão do impacto humanitário das armas explosivas em zonas povoadas entre os representantes governamentais da África Austral e a sensibilização para a Declaração Política e a agenda política internacional sobre este tema.
- Compreender melhor as perspetivas e as posições dos Estados sobre a questão na sub-região, proporcionando um espaço para explorar os pontos de vista sobre a Declaração, as considerações sobre a adesão e a implementação da mesma, bem como o impacto da dinâmica geopolítica. Este conhecimento irá ajudar a adaptar as abordagens e a informar as contribuições para as reuniões internacionais, sempre que tal for relevante.
- Fomentar a colaboração entre os Estados, as organizações da sociedade civil e as organizações internacionais que trabalham nesta matéria, a fim de fornecer informações e apoio que contribuam para a aprovação e a aplicação da Declaração a nível nacional.
- Destacar iniciativas e políticas bem sucedidas que tenham sido implementadas na região e a nível mundial para enfrentar os desafios colocados pela utilização de armas explosivas em zonas povoadas ou para atenuar os efeitos das armas e dos conflitos armados no âmbito de outros quadros humanitários e de desarmamento relacionados.

Esta nota fornece algumas informações de base aos participantes, a fim de facilitar a sua preparação para a mesa-redonda das seguintes formas:

- Para aceder à investigação sobre os impactos humanitários decorrentes da utilização de armas explosivas em zonas povoadas, ver também www.explosiveweaponsmonitor.org
- Acesso a informações sobre a Declaração Política sobre a Utilização de Armas Explosivas em Zonas Povoadas, disponível em várias línguas em www.ewipa.org. Ver também o [Quadro de Implementação da INEW](#)¹ aqui.
- Apoio aos debates internos sobre as posições dos Estados relativamente à questão da Utilização de Armas Explosivas em Zonas Povoadas e à Declaração Política. Veja os perfis das posições dos Estados em: <https://explosiveweaponsmonitor.org/state-positions>

Contexto

A utilização de armas explosivas em zonas povoadas representa uma ameaça significativa para os civis em todo o mundo, especialmente nas regiões afetadas por conflitos. Isto inclui a perda de vidas, ferimentos, traumatismos, deslocações e sofrimento causados por danos em infraestruturas críticas, incluindo hospitais e escolas, fornecimento de energia e sistemas de abastecimento de água e saneamento, que podem ter efeitos desastrosos e de longo prazo nas comunidades.

¹ Quadro de Implementação da INEW (2024), <https://www.inew.org/wp-content/uploads/2024/02/Implementation-Framework.pdf>

Estamos a testemunhá-lo hoje em Gaza, no Líbano, em Mianmar, no Sudão e na Ucrânia, onde os danos causados aos civis atingem níveis alarmantes. Esta perda maciça de vidas civis, juntamente com outros impactos devastadores, demonstra que a necessidade de dar prioridade às preocupações humanitárias é mais importante do que nunca.

Em resposta a este padrão de danos causado pelos bombardeamentos e disparos de projéteis em cidades, vilas e outras zonas povoadas, os Estados, em parceria com organizações da sociedade civil, a ONU e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) desenvolveram a *Declaração Política sobre o Reforço da Proteção das Populações Civis contra as Consequências Humanitárias Decorrentes da Utilização de Armas Explosivas em Áreas Povoadas*.² Em julho de 2019, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana manifestou o seu apoio a um processo de consulta inclusivo para elaborar uma declaração política que abordasse o impacto das armas explosivas nas zonas povoadas.³ A Declaração foi formalmente adotada pelos Estados em Dublin, na Irlanda, em novembro de 2022, e conta atualmente com a adesão de 87 países.⁴

Na sub-região da África Austral, três Estados já aprovaram a Declaração: Comores, Madagascar e Maláui.

Treze Estados ainda não aderiram: Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Essuatíni, Lesoto, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

A Declaração tem por objetivo reforçar a proteção dos civis nos conflitos armados e reduzir os danos causados aos civis. Esta aspiração está em conformidade com os pontos de vista expressos pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA), segundo os quais devem ser envidados esforços para reforçar a proteção dos civis e atenuar o impacto dos conflitos armados sobre os civis e os objetos civis, incluindo a promoção do cumprimento do direito humanitário internacional (DIH), os Princípios de Kigali sobre a Proteção dos Civis⁵ e a Declaração de Escolas Seguras. Embora não seja juridicamente vinculativa, a Declaração sobre a Utilização de Armas Explosivas em Áreas Povoadas é uma importante declaração de intenções e um instrumento para impulsionar uma mudança a longo prazo nas normas dos conflitos armados. Os signatários comprometeram-se a desenvolver políticas e práticas necessárias para colocar as preocupações humanitárias no centro das normas globais dos conflitos. A Declaração reconhece os danos imediatos e a longo prazo que as armas explosivas causam à população civil e às infraestruturas civis.

De forma crucial, compromete os Estados a desenvolverem políticas para evitar danos civis, restringindo-se e abstendo-se da utilização de armas explosivas em áreas povoadas. A Declaração é um símbolo importante da cooperação internacional e um compromisso quanto a tomar medidas concretas durante e após o conflito. Para além das políticas e práticas militares, estas ações concretas incluem a facilitação do acesso e da assistência humanitária às comunidades afetadas pelo conflito, medidas de proteção dos civis e medidas de reparação para os afetados.

A África Austral, embora não esteja a viver um conflito armado generalizado, não é imune às repercussões da violência armada, que pode levar a impactos humanitários devastadores. A utilização de armas explosivas em zonas povoadas compromete a Agenda 2063 para África e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para a fragilidade e a insegurança dos Estados e prejudicando os esforços de desenvolvimento. A União Africana, vários Estados, diferentes agências da ONU, o CICV e a sociedade civil em geral já manifestaram profunda preocupação quanto aos graves prejuízos sofridos pela população civil devido a bombardeamentos e disparos de projéteis em vilas, cidades e outras áreas povoadas. São prejuízos que provavelmente irão aumentar à medida que o mundo se urbaniza e que os conflitos ocorrem cada vez mais em

² *Declaração Política sobre o Reforço da Proteção dos Civis contra as Consequências Humanitárias Decorrentes da Utilização de Armas Explosivas em Zonas Povoadas* (2022), <https://ewipa.org/the-political-declaration>

³ Comunicado de imprensa da União Africana (2019), <https://www.peaceau.org/en/article/press-statement-of-the-859th-meeting-of-the-psc-held-on-17-july-2019-dedicated-to-an-open-session-on-the-theme-protection-of-civilians-from-the-use-of-explosive-weapons-in-populated-areas-ewipa>

⁴ Veja a lista atualizada dos Estados subscritores: <https://ewipa.org/endorsement>

⁵ Princípios de Kigali sobre a Proteção dos Civis (2015): <https://www.globalr2p.org/resources/the-kigali-principles-on-the-protection-of-civilians/>

centros urbanos, a menos que se estabeleçam novas normas para lidar com este problema. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana manifestou igualmente, através de comunicados e declarações de imprensa, o seu compromisso para com a proteção dos civis em conflitos armados, adotado na 841.^a reunião do CPS, em abril de 2019, na 833.^a reunião do CPS, em março de 2019, e na 775.^a reunião do CPS, em maio de 2018.

Na conferência regional em Maputo⁶, bem como através da União Africana⁷, os Estados africanos manifestaram a sua preocupação com a utilização de armas explosivas em zonas povoadas e comprometeram-se a apoiar e a empenhar-se num processo de elaboração de uma declaração política que aborde o impacto das armas explosivas com efeitos que afetam vastas áreas em zonas povoadas. Este compromisso foi recentemente renovado por muitos Estados da África Austral através do Compromisso da Commonwealth, adotado em abril de 2024 na África do Sul, como resultado da 6.^a Conferência da Commonwealth sobre o DIH. O compromisso incentivou os Estados da Commonwealth a subscreverem e implementarem a Declaração.

Nesta base, os Estados africanos devem desempenhar um papel fundamental ao aderir à declaração e fazer parte da comunidade internacional de Estados que ajudam a fazer avançar com a sua implementação, a fim de estabelecer novos padrões que possam ajudar a proteger melhor os civis em conflitos armados.

Ao aderirem à Declaração, os Estados africanos reiteram o seu compromisso, no âmbito do Roteiro Principal da UA de Medidas Práticas para Silenciar as Armas em África até 2020, e intensificam os esforços para prevenir e acabar com os conflitos armados em África.

Esta mesa-redonda tem como objetivo promover o diálogo entre os Estados, a sociedade civil e as organizações internacionais na África Austral, a fim de encorajar a aprovação e a implementação desta Declaração e reforçar a cooperação regional na abordagem desta questão.

Descrição da ordem de trabalhos

1. Notas introdutórias: Apresentação da finalidade e dos objetivos da mesa-redonda.
2. Apresentações de enquadramento: Perceções de peritos sobre o impacto humanitário da utilização de armas explosivas em zonas povoadas e o significado da Declaração Política.
3. Painel de debates:
 - Desafios atuais e impactos humanitários das armas explosivas.
 - Alterações das políticas e práticas militares.
 - Recolha de dados e acompanhamento dos prejuízos causados aos civis.
 - Assistência às regiões afetadas por conflitos.
 - Compreensão das posições dos Estados em relação à Declaração.
 - Estratégias para os Estados aprovarem, implementarem e promoverem a Declaração Política.
4. Conclusão e próximas etapas: Resumo dos debates, compromissos assumidos e planos para ações de acompanhamento.

Resultados esperados

- Compreensão clara dos impactos humanitários das armas explosivas em áreas povoadas.
- Maior compreensão do significado e da relevância da Declaração, bem como das mudanças políticas e práticas que esta procura gerar.
- Maior empenho dos Estados da sub-região em subscrever a Declaração Política.
- Reforço das redes com os representantes dos Estados da região da SADC.
- Um plano de ação coletivo, mas informal, que define as medidas de apoio à Declaração Política antes da conferência internacional para analisar a universalização e a aplicação da Declaração na Costa Rica, em julho de 2025.

⁶ Comunicado de Maputo, Conferência Regional de Maputo (2017), <https://www.inew.org/maputo-regional-conference-on-the-protection-of-civilians-from-the-use-of-explosive-weapons-in-populated-areas/>

⁷ Comunicado de imprensa da União Africana (2019), <https://www.peaceau.org/en/article/press-statement-of-the-859th-meeting-of-the-psc-held-on-17-july-2019-dedicated-to-an-open-session-on-the-theme-protection-of-civilians-from-the-use-of-explosive-weapons-in-populated-areas-ewipa>

* * *

Contactos

Para mais informações, contactar:

Joseph Dube, Diretor para o Desarmamento e Controlo de Armas, África do Sul. joseph@polka.co.za

Laura Boillot, Article 36, Diretora. laura@article36.org

Megan Wiseman-Searle, Coordenadora de Operações. megan@article36.org